

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 50
20 de março de 2010

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor não cite nem divulgue este material.

Boa tarde a todos, sejam bem-vindos. Estou gravando isso antecipadamente porque sábado estarei viajando, não poderei dar aula, então deixarei esta gravação pronta.

Hoje é dia de Saint Patrick e, por isso mesmo, estou uniformizado com camisa verde e boné irlandês para homenagear a comunidade irlandesa, que é tão simpática e tão importante aqui na história dos Estados Unidos. Feita esta homenagem, voltamos ao normal e vamos prosseguir a aula.

Esta aula será dada para se esclarecer dois pontos: primeiro, sugerida por uma pergunta de um aluno, tão interessante que merece virar tema de uma aula inteira; e, segundo, passando já para a etapa seguinte na ordem dos estudos lógicos, o primeiro tema é o da simples apreensão, logo em seguida vem o tema do juízo. E, de algum modo, a pergunta do aluno faz uma ponte entre uma coisa e outra, então vamos aproveitá-la. Ele pergunta:

Aluno: A percepção adicional que uma ciência nos possa dar, não poderia contradizer a percepção inicial que requerer a percepção adicional? Por exemplo, numa determinada época, sabemos que se havia percebido que o cadáver (carne morta) era inerte do ponto de vista de transmissão de doença aos vivos. Mas com a percepção adicional pela ciência, de que existem os microorganismos, aquela percepção inicial da inocuidade do cadáver, foi certamente revogada. Então, se estou raciocinando corretamente, qual percepção tem hierarquicamente prioridade ou superioridade, a adicional ou a principal?

Olavo: Muito bem. Você não pode esquecer que tudo aquilo que eu expliquei da simples apreensão refere-se à simples apreensão da natureza de um objeto. E a apreensão da natureza é como se respondesse implicitamente a pergunta “o que é”. Você percebe que isto é um gato, isto é uma árvore, isto é um jacaré, este é o Olavo de Carvalho e assim por diante. Aqui, você já está falando da percepção de um estado determinado; cadáver não é o nome de uma substância, não existe uma substância chamada cadáver. Cadáver é um estado pelo qual um ente passa — ele estava vivo, passa da condição de vivo para o de morto —; são dois estados de um mesmo ser. Se aqui tem um jacaré vivo e o jacaré morto, este é o mesmo que o vivo, apenas tomado em outro estado. A simples apreensão sempre lhe dá uma informação confiável, mas não se pode dizer o mesmo da percepção de estados, qualidades e acidentes. Isso é uma coisa que se abre para uma multiplicidade confusa, e é justamente aí que entra a necessidade do exame racional da percepção.

O que acontece hoje, já de uma tradição de alguns séculos, é colocar em dúvida a percepção originária, a percepção de substância, e até questionar tal noção — é este é o ponto. René Descartes, Galileu e outros, inauguram o tipo de enfoque no qual só interessa a observação dos caracteres matematizáveis; ora, estes caracteres jamais nos darão uma substância — esta não é matematizável; um gato não é mais gato ou menos gato, um jacaré idem. A simples apreensão lhe

dá uma informação de ordem unitária absoluta: isto é um jacaré, isto é um gato, isto é uma mesa e assim por diante. É com base nisso que todo processo cognitivo vai se desenrolar. A simples apreensão não é questionável, tudo se questiona a partir dela, visando às vezes complementar a mera percepção de substância com a percepção de estados, processos, qualidade, transformações, de diferenças quantitativas etc. Quer dizer, a simples apreensão não lhe dá tudo, isto seria absolutamente impossível. Se você pudesse perceber tudo por simples apreensão você seria Deus, pelo conhecimento instantâneo de todas as coisas — isto absolutamente não é possível. Nós temos o conhecimento instantâneo da identidade das substâncias, e mesmo quando você pode errar, você não erra na percepção; se for analisá-la, a percepção está corretíssima. As conclusões que você tira depois é que podem confundir tudo.

Eu quis mostrar, na aula anterior, a riqueza e a complexidade deste fenômeno que se chama simples apreensão (e que chamá-lo de simples fica até irônico). O entendimento disso é absolutamente indispensável, sobretudo depois da fenomenologia de Husserl. Toda fenomenologia consiste numa descrição do conteúdo da percepção, não do ato da percepção, porque isso seria já uma fenomenologia da própria percepção, e não de um ente. Você pode fazer um estudo fenomenológico de qualquer coisa. Por exemplo, Ortega Garcia fez um estudo fenomenológico da moldura de um quadro. Você pode fazer de qualquer coisa: de um gato, de uma formiga e, também, pode fazer um estudo fenomenológico dos seus próprios processos cognitivos. Mas esta descrição nada acrescenta à percepção originária; ela apenas — mediante a uma torção verbal absoluta, quase miraculosa — consegue transformar em sentenças (em proposições) aquilo que está embutido na própria percepção. Não é um raciocínio que se faz, não é uma análise, não é uma discussão nem argumentação, não está se tentando provar nada; está se tentando, apenas, pegar o conteúdo da percepção tal como ela se apresentou (tal como ela aconteceu), e do objeto, tal como ele se apresentou e por onde ele se apresentou, e verbalizar isso. O trabalho é extremamente difícil, mas a escola fenomenológica aperfeiçoou isto a um ponto absolutamente admirável. Pouco importa que alguma das conclusões filosóficas do próprio Husserl, Heidegger ou Merleau-Ponty estejam erradas — isso não me interessa. Interessa que a técnica da fenomenologia é uma grande conquista humana, porque ela o permite — se bem compreendida e bem empregada — sair de um tecido de discussões meramente verbais e voltar, como dizia Husserl, “às coisas mesmas”. Quer dizer, estamos falando de coisas e não de ideias, de doutrinas ou de hipóteses.

Todo este trabalho da fenomenologia é feito em cima daquilo que os antigos chamavam “simples apreensão”. Antigamente, a simples apreensão servia só para dar o nome da coisa e, em cima, você raciocinava a respeito dela. Agora não, em vez de pegar o nome e sair raciocinando a partir da verbalização inicial do termo (da palavra, do nome da coisa), você vai voltar ao objeto da simples apreensão, descrevê-lo e ver toda a riqueza de elementos que está dado na própria percepção originária. Depois disso, nós não podemos chamar a simples apreensão de simples apreensão; ela é simples porque é instantânea, mas ela contém todos os elementos pelos quais um objeto se revela a você como aquilo que ele realmente é — todos os elementos que fazem com que você perceba um gato como um gato. Parece uma coisa simples de fazer, e é de fato simples; mas é muito difícil de verbalizar.

Durante milênios, todo processo verbal da filosofia acompanhava sempre o raciocínio — ou seja, a formação do juízo e do raciocínio — e, portanto, aquilo se construía em cima da simples apreensão. A proposta da fenomenologia é retornar à simples apreensão e tentar extrair todo suco que ela possa dar, antes de fazer qualquer raciocínio em cima. Como se dissesse: a descrição fenomenológica, se não é pré-racional é pré-raciocínio; não podemos dizer que ela é racional nem irracional, estas categorias não se aplicam.

O que nós apreendemos na simples apreensão é a natureza do objeto, e não seu estado, e muito menos as suas propriedades, seus acidentes etc. No caso, se você diz que o cadáver transmite ou não transmite doenças aos vivos, está se referindo a duas ações que o cadáver faz, portanto, há determinadas propriedades que ele tem e age sobre outros. Isto não pode fazer parte da sua essência ou natureza, porque para você raciocinar ou investigar se um cadáver faz isso ou aquilo, você [0:10] primeiro precisa saber o que é um cadáver, e saber o que é um cadáver não é conhecer uma substância, mas o estado em que está uma determinada substância. Então, qual é o ponto aqui? O ponto é que você tomou uma percepção de estado como se fosse uma percepção de substância. É justamente o tipo de erro no qual você passa por cima do objeto, fala de outra coisa e não percebe que está falando de outra coisa. É tal erro que a fenomenologia visa a corrigir e, por isto mesmo, nós daremos bastante atenção a este negócio fenomenológico daqui a pouco.

Aluno: Mas os estados, assim como as outras categorias, fazendo parte do círculo de latência, não podem também ser objetos de simples apreensão?

Olavo: Enquanto elemento do círculo de latência eles são percebidos, mas o círculo de latência é só um círculo de possibilidades. Por exemplo, qualquer animal vivo pode estar morto daqui a pouco; isso faz parte do círculo de latência, mas não da natureza dele — estar morto não faz parte da natureza. E quando você apreende a natureza do ente, você não vai confundi-la com seu estado. Por exemplo, o gato está deitado ou de pé; é claro que você o percebe ou deitado ou de pé ou correndo. Mas, a simples apreensão não descreve estado, apenas dá um nome do ente, da natureza dele, se é um gato. Para saber que o gato está deitado ou de pé, você precisa saber que é um gato. Do mesmo modo, para saber que um determinado corpo humano está vivo ou morto, você tem de saber que é um corpo humano. É claro que os estados também têm a sua natureza e também podem ser definidos, mas eles não podem ser objetos de simples apreensão pelo simples fato de que a percepção de estado pressupõe a percepção da natureza. Aquilo que acontece, acontece a alguém ou a algum objeto ou a algum ente. Mais ainda, nós dizemos que a percepção de naturezas — a simples apreensão neste sentido — é instantânea; esta percepção de estado não é, ela tem de se prolongar no tempo. Então, todos nós sabemos que o estado de morto geralmente se prolonga indefinidamente, já o estado de estar deitado, dormindo, não se prolonga.

Então, suponha já uma observação contínua. Essa observação só vale se você tiver primeiro a percepção da natureza do ente. Agora, o que aconteceu na transição da Idade Média para a Ciência Moderna? A noção de substância foi abandonada e sobram só os estados, tais como observados cientificamente e matematizados. Você sabe tudo o que acontece, apenas não sabe para quem acontece. Essa foi a grande objeção de Leibniz a todo este negócio racionalista moderno. Todos os caracteres mensuráveis e matematizáveis de um ser não bastam para dizer o que ele é; você precisa ter de apreender primeiro a forma substancial do ente, tal como ela se apresenta, e então saberá que tais ou quais estados aconteceram a determinado ente. A percepção de substância não é por si matematizável, mas ela é a pré-condição sem a qual você não pode matematizar nada — você estará matematizando o nada. Pegue um gato e veja um número infinito de observações matematizáveis que você pode fazer sobre ele: por exemplo, a química da sua respiração (transformação dos gases que entram e saem), a fisiologia dele, a anatomia, a cinética e assim por diante; isso não termina. Todas as Ciências podem observar o gato de algum modo, até a economia (o preço do gato no mercado ou quanto ele come). Tudo isso é mensurável e científico, mas somando tudo você não saberá o que é um gato. A partir das medições, para identificar um gato você precisaria ter outras tantas medições feitas sobre outras espécies, por exemplo o cachorro: você pega aquela imensa massa de informações e diz “com todos os testes que nós fizemos aqui, parece que isso não é um cachorro”. O grande problema com as ciências modernas é que para elas não existe substância; por quê? Porque não há um meio matematizável de se apreender a noção de substância. E, no entanto, a

noção de substância está pressuposta em tudo que os cientistas dizem a respeito de qualquer coisa. Porém, como ela não pode ser legitimada pela própria ciência que está falando, o sujeito se apóia na noção de substância, mas a esconde, faz de conta que não sabe o que é substância.

Aluno: Mas os estados podem ser agentes de ações (...)?

Olavo: Estados não são agentes, quem é agente é o sujeito.

Aluno: (...)Então como a Ciência mede ações?

Olavo: Não, ela mede transformações. Ela não pode sequer dizer que são ações, porque ações subentendem um agente e um agente é, necessariamente, uma forma substancial.

Quer dizer que a descrição total que as Ciências dão do mundo, das duas uma: ou ela se assenta na noção de substância ou ela é uma fantasmagoria. Lembrem-se do texto do Jean Doujat, que diz que a maior parte dos cientistas são filosoficamente realistas, ou seja, eles acreditam na existência do mundo exterior objetivo, onde existem coisas e, portanto, substâncias; logo, formas substanciais. Eles acreditam, mas estas noções todas não fazem parte da sua Ciência. São noções filosóficas que eles subscrevem na prática, mas não na teoria. Isso faz com que a Ciência vire um jogo de esconde-esconde. Eles sabem que estão falando de substâncias. Por exemplo, se o sujeito é um químico, ele está falando de substância — além de substância no sentido químico, elas são substâncias no sentido filosófico, são coisas que existem. Ele sabe que está falando de coisas que existem, mas a própria noção de existência não é uma noção quimicamente expressável. As noções de existência, de relação e de propriedade não são quimicamente expressáveis; tudo isso são conceitos filosóficos que estão na base de todas as ciências. É a velha proposta do Leibniz, que a fenomenologia no século XX veio confirmar integralmente, em que temos de trazer de volta as formas substanciais.

O que você apreende de um ser é a sua forma substancial, quer dizer, aquilo que faz ele ser o que é. Mas também é só isso que você apreende na simples apreensão. Você não pode dizer que percebe um estado por simples apreensão, porque a percepção de estado pressupõe uma sequência de observações. Por exemplo, o gato pode parecer que está dormindo, mas ele está acordado; você não pode distinguir isso sem um exame mais meticuloso. Um cachorro às vezes está dormindo, mas se você o chama e ele vem na mesma hora é porque não estava dormindo, estava cochilando; cochilar é uma coisa, dormir é outra. Já está na Bíblia “Deus não dorme nem cochila”. A observação de estado e transformação pressupõe uma sequência de atos cognitivos, não como a simples apreensão que de fato é instantânea — que é a simples identificação de qual é a forma substancial que está na sua frente; e sem esta identificação os estados não fazem o menor sentido.

Aqui nós temos uma mesa, que está parada num lugar; eu olhei um gato, ele também está parado, ou está dormindo. Logo, eu concluo que a mesa está dormindo também. Isso seria uma analogia de proporção falsa. Compreendem? Mas quando eu olho, o gato é o gato, e a mesa é mesa, eu não me confundo quanto a isso. Mas quanto aos estados eu posso me confundir indefinidamente; e aí você faz uma observação sistemática. Agora, não existe técnica de observação sistemática melhor que as ciências desenvolveram para cada um dos seus campos respectivos, sendo que o único problema é que elas fazem observações sistemáticas mas não sabem do que é a observação, qual é o objeto da observação. Aí não se trata de uma percepção principal — talvez até possamos usar estes termos do Oscar Aguiar, uma “percepção principal”, “percepção adicional”. As percepções adicionais podem acrescentar estados, qualidades, processos, ações, paixões (que são ações sofridas) etc, mas não podem modificar a substância inicial. Não existe [0:20] nenhum meio de se perceber uma substância por uma sequência de atos cognitivos, não é possível. A percepção da substância é imediata ou

então ela não acontece. Milhões de observações detalhadas não dirão para você o que é uma coisa — saber em que estado ela está, o que ela está fazendo, o que está acontecendo, como aquilo sucede etc. Mas tudo isso se baseia na possibilidade que nós temos da simples apreensão. A simples apreensão é mágica, porque ela une indissolivelmente o singular e o universal; ou melhor, a pessoa percebe um ente sob a categoria universal a qual ele pertence.

Aluno: A simples apreensão, então, ela não admite mais e menos, melhor e pior? Não existe...?

Olavo: Existe perceber ou não perceber. Se você não percebeu... Se, por exemplo, você percebeu um estado sem perceber qual é a coisa você não pegou a forma substancial, você sabe que tem apenas uma aparência. Um estado sem uma entidade substancial que o suporta (...). Por que se chama substancial? *Sub-estar* significa aquilo que está embaixo, aquilo que sustenta. Então, os estados e qualidades têm uma substância na qual eles se sustentam, quer dizer, aquilo que sucede, sucede alguém, aquilo que é feito é feito por alguém ou por algo. Não tem nenhum jeito de se perceber a substância aos poucos (ou você a percebe ou não percebe). Pode ser uma substância desconhecida, um ente desconhecido. No instante que você diz que ele é um ente desconhecido, você o está classificando não pelos seus caracteres, mas pelo conhecimento que tem dele.

Quando o pessoal fala em UFO/OVNI (objeto voador não identificado), o que quer dizer? Eles não apreenderam a substância, não sabem o que é aquilo. Então o classificam não pela sua substância, mas por uma qualidade externa, ou seja, pelo conhecimento que eles têm dele. Neste caso, não se tem a definição, tem-se um índice localizador apenas; isto significa dizer que eles não estão compreendendo nada do que está acontecendo. Veja até que ponto nós dependemos da simples apreensão. Por exemplo, quantas observações já foram feitas sobre UFOs? A Biblioteca Ufológica universal é uma coisa monstruosa; são milhões de livros, de relatos, de observações, e de tudo isso, eles estão falando do quê? Não se sabe. Eles estão percebendo apenas estados, ações, processos, mas não sabem qual é a substância; é a mesma coisa que dizer “não sei nada”. No entanto, pode-se criar uma ciência inteira cujo objeto é desconhecido. Acontece que a modernidade apostou na hipótese de vir a conhecer a realidade das coisas através da abordagem científica experimental matemática — o que é absolutamente impossível porque, ou este aparato cognitivo da ciência se baseia na noção da substância, ou então ele não está falando de nada; tudo vira UFO, até um gato. Entende a que ponto isso é grave e ao mesmo tempo é cômico? Eles podem, ao mesmo tempo, ter mentalidade científica bem formada, muito complexa e sofisticada, mas que, realmente, a rigor, não sabem do que estão falando. Estão descrevendo aparências fenomênicas, que são estados sucedidos a índices desconhecidos.

Se isso foi compreendido, então podemos passar à noção seguinte: a noção de juízo. O juízo é uma afirmação interior, é uma sentença interior (que acontece no *verbum mentis*), acompanhado de afirmação ou negação — quer dizer aquilo que você interiormente acredita. O juízo se expressa verbalmente numa proposição, sentença ou afirmação. Existe, porém, uma diferença entre o juízo e proposição: o juízo pode ser sem palavras (por isso que diz ser apenas o *verbum mentis*); é uma coisa na qual se acredita. Por exemplo, o gato está dormindo; interiormente, você afirma que ele está dormindo, você acredita nisso sem precisar usar palavras. Logo, o juízo só com o juízo (ou o julgamento) só acontece dentro da consciência humana, é um ato imanente da consciência. Quando *eu* estou interiormente fazendo um juízo, não está acontecendo nada na sua cabeça nem na cabeça do outro. Já a proposição é uma fórmula verbal, é a expressão verbal do juízo.

Um juízo, evidentemente, pode ser verdadeiro ou falso. Mas e uma proposição, uma sentença, pode? Veja, se eu sei uma determinada coisa — eu sei que estou dando esta aula para vocês aqui agora, sei que estou fazendo está gravação — isto é um juízo. Se eu a transformo numa proposição,

a proposição para mim nada acrescenta, ela só verbaliza algo que eu já sei. Então a verdade dela não está nela mesma, está no juízo anterior que a fundamentou, e do qual ela nasce. Se eu expresso essa proposição para uma outra pessoa, ela é verdadeira ou falsa? Depende de como a pessoa entenda a minha proposição. Ou seja, a pessoa terá de, por sua vez, transformar a proposição (que é uma mera estrutura verbal) num juízo e, interiormente, concordar ou discordar. Acontece que eu formei o meu juízo a partir de algo que eu acredito ter percebido ou de algo que eu pensei. E o ouvinte? O ouvinte não tem esta sequência, ele tem a sequência inversa: ele tem uma proposição (uma estimulação sonora), que ele vai ter de transformar em experiência imaginária e criar um juízo interior. Neste processo ele pode errar e parar longe do meu juízo originário — isso acontece com uma frequência extraordinária. Tanto que, do que os filósofos escrevem, eu acredito que pelo menos cinquenta por cento é correção destes processos (alguém disse uma coisa que outrem entendeu de outra maneira). Então, o primeiro sujeito teve uma percepção autêntica, real; transformou numa proposição; pode ter feito isso com mais ou menos habilidade. E o sujeito que o ouviu (que não teve a experiência originária) tem de criar uma experiência imaginária análoga, parecida com a do primeiro, para então dizer sim ou não. Isso é bastante complicado. Se eu vejo que o sujeito entendeu a minha proposição diferentemente, ou seja, se da mesma proposição ele construiu outro juízo diferente do meu, eu tento corrigi-lo; como eu faço isso? Criando proposições a respeito da proposição; crio o juízo a respeito da proposição, tomo a minha própria oposição como objeto, penso nela, e digo “não foi isto que eu quis dizer”. Então, primeiro faço uma proposição sobre elefantes e você não entende; depois eu faço uma proposição sobre um negócio muito mais etéreo que uma proposição e espero que você entenda. Ou seja, como eu só posso esclarecer o sentido de uma proposição, eu não posso forçar o sujeito a ter o mesmo juízo que eu tive (e nem a minha percepção); eu só posso cercar as possibilidades de erro, por assim dizer negativamente, através de proposições corretivas que ele também pode não entender exatamente no mesmo sentido.

A conclusão disso é muito simples: não existem proposições verdadeiras; não existem sentenças verdadeiras. Alguém pergunta sobre a Bíblia; nenhuma proposição que está escrita na Bíblia é verdadeira, porque depende como você a entende. Por exemplo, está escrito “no princípio, Deus criou o céu e a terra”; e você entende que ‘no princípio’ é ‘muito antigamente’, e entende que Deus criou o céu e a terra pegando uma matéria qualquer, modelando com terra... Você já entendeu tudo errado [0:30] e isso é absolutamente falso. O que Moisés escreveu no Pentateuco reflete o juízo que ele teve e que lhe foi inspirado por Deus. Mas não quer dizer que você vai entender como Moisés entendeu. Então você não pode dizer que a proposição “no princípio, Deus criou o céu e a terra” é verdadeira em si. O que é verdadeira é o juízo que Deus inspirou a Moisés e que ele exteriorizou com estas palavras.

Se não existem proposições verdadeiras, só há juízos verdadeiros ou falsos, a proposição também não pode ser falsa; não existem proposições verdadeiras nem falsas, há apenas juízos verdadeiros e juízos falsos. Onde acontece o juízo? No interior da consciência humana. Cada um tem de fazer por si. Isso quer dizer que não existem elementos exteriores nos quais possamos nos apoiar totalmente em matéria de verdade ou falsidade. Por isso que Santo Agostinho dizia que no interior do homem habita a verdade. O juízo só existe para a consciência concreta, individual, real, agente, do indivíduo que está pensando no assunto — só ali que aparece a verdade. Não estou me referindo agora à verdade das próprias coisas, estou falando da verdade não enquanto manifestação do ser, mas enquanto conhecimento. Então, se você escrever livros e livros para registrar a verdade isso não garante que ela sobreviverá, porque as pessoas podem entender aquilo tudo ao contrário, e às vezes basta um pequeno erro para dismantelar um conjunto inteiro.

Não se pode tocar, ver, medir a consciência humana e, no entanto, é só ali que existe a verdade (repito: não me refiro à verdade das coisas, mas do conhecimento). As bibliotecas inteiras, todos os

registros: nada disso tem verdade, tudo isso são apenas sementes de juízos verdadeiros que nós obteremos lendo aquelas coisas. Posso dizer que a obra inteira de Aristóteles diz a verdade? Não; a verdade está nos juízos que Aristóteles transpôs na forma daquelas sentenças. Se eu entender aquilo no sentido que Aristóteles quis dizer, e tiver coincidido de ele ter percebido realmente a verdade, aí então estamos na verdade, porque por meios imaginários eu refiz o mesmo juízo que ele fez (não achar a mesma proposição).

Alguém pode argumentar que isso só acontece porque a linguagem é imperfeita, ambígua, e que se houvesse uma linguagem sem ambiguidades isso não aconteceria. Mas o que é uma linguagem sem ambiguidades? É uma linguagem onde o termo ou o sinal ou signo contêm tudo o que você precisa para entendê-lo, não há referência a um elemento externo ao símbolo; porque se houver referência ao elemento externo então não basta ter o signo, é preciso ter ou a experiência ou a representação mental ou a imagem da coisa. No momento em que você tem alguma representação mental, alguma referência a algo que é exterior à própria proposição, entra aí não a ambiguidade da linguagem, mas a ambiguidade das coisas. Isso não é uma limitação da linguagem, isso é a contingência da própria realidade das coisas. As coisas podem revelar para você instantaneamente a sua natureza, a sua forma substancial; porém, ela pára aí. A forma substancial vem com círculo de latência, mas dentre os inúmeros elementos que compõe este círculo, qual irá aparecer na realidade no instante seguinte? Você não sabe. É o belo exemplo do cachorro deitado; o que ele vai fazer? Ele vai latir, morder-me, correr atrás de mim ou não vai fazer nada? Portanto, uma linguagem sem ambiguidades só é possível no nível da linguagem totalmente e exclusivamente formal, sem significados externos. Se você disser propor colocar alguns significados externos — então aqui eu defino cada termo, e cada um significará apenas o que está definido — isso quer dizer que um sinal vai significar outros sinais, sem referência à realidade. Mesmo que tivesse tudo definido, só isto não basta. Quando você lê as definições elas vão se reportar a elementos do mundo extralingüísticos ou vão estar fechadas dentro do mundo intralingüístico? Se estão fechadas dentro do mundo intralingüístico, então elas não significam nada fora das palavras que as designam; estariam ainda assim dentro de uma linguagem totalmente formal. Por exemplo, a proposição do tipo “se $A = B$, e $B = C$, então $A = C$ ”, não há ambiguidade alguma e, neste caso, a proposição coincide integralmente com o juízo. Mas o que eu disse ao dizer isso? Eu não disse nada. Eu apenas expressei uma relação lógica possível entre elementos desconhecidos e inteiramente vazios (semanticamente vazios) — é a linguagem sem semântica. Se você fizer uma linguagem sem semântica (que é apenas um código formal), aí não haverá ambiguidade, nem salto entre o juízo e a proposição. Portanto, não há possibilidade de alguém não entender. É a mesma coisa que dizer: se você não disse nada, não há possibilidade de alguém não entender. E o conjunto de uma linguagem formal não diz nada, expressa somente relações lógicas possíveis — não reais, não atuais, não captáveis por experiência. Este é o mundo da lógica formal, é o mundo das relações lógicas entre elementos que nada significam e nada dizem a respeito da experiência real.

Fora disso, entra naturalmente a ambiguidade da linguagem que reflete a ambiguidade das coisas e das percepções — as ambiguidades, mistérios, sutilezas do próprio mundo real. Isso quer dizer que uma linguagem repleta de ambiguidades, mas que expresse a experiência real, é muito mais eficaz em matéria de conhecimento do que uma linguagem perfeita do ponto de vista formal mas que nada diga. Isto também significa que a lógica nada ensina; ela só ilustra a correção formal, os enlaces formais, entre proposições que não dizem nada. Assim, não apenas você pode expor em linguagem formalmente perfeita erros monumentais que não coincidem com a realidade, mas também significa o contrário: que percepções profundamente verdadeiras podem ser expressas numa linguagem logicamente falha.

O ser humano fica angustiado com isso por saber que nada garante para ele a sua posse da verdade. A verdade só existe na consciência humana que a entende, no momento em que a entende. Não adianta fixar aquilo numa fórmula verbal perfeita, porque no instante seguinte você mesmo lendo aquilo pode pensar outra coisa. Então, só no momento em que o juízo reflete a percepção real de alguma coisa, e você expressa para si mesmo, é que se tem a verdade. Tão logo você disse aquilo, você transformou em proposição, entra o risco. Este risco, todos vocês estão assumindo aqui — estão assistindo o curso e fazendo o esforço para sintonizar a sua experiência imaginária às minhas experiências interiores que estou expressando para vocês. Qual é a garantia que vocês têm que vão acertar? Nenhuma. E que eu tenho? Nenhuma também. E, no entanto, parece que a maior parte dos alunos entende o que estou dizendo nas aulas; por quê? Porque querem entender; porque a [0:40] consciência está voltada para a busca da verdade. É este desejo da verdade e este ato da consciência que entende, e que faz o juízo interior verdadeiro, o nosso único ponto de contato com a verdade. É natural que esta situação seja mesmo insegura; porque eu estou aqui, mas o que me impede de começar a pensar besteira agora mesmo? O que me impede de enganar a mim mesmo? Nada impede; somente a minha vontade. Ao raciocinarem, por exemplo, sobre a famosa questão do livre arbítrio e determinismo, pensem um pouco nisso. Se você estivesse pré-determinado, você estaria pré-determinado ou para a verdade ou para o erro ou para uma mistura de ambos. Se você está pré-determinado para mentira, você não vai sair dela, da mesma forma para verdade; e se está para a mistura dessas duas, você nunca vai saber qual é uma ou outra.

O fato de o ser humano querer a verdade, mesmo sobre uma coisa bem modesta, simples e humilde, prova a sua liberdade. A capacidade que o ser humano tem de perceber e conhecer a verdade é função do exercício da sua liberdade e responsabilidade pessoal. Não há nenhuma garantia. É natural que o sujeito que está nesta situação sinta-se num mato sem cachorro; porque neste instante em que ele tem a total autoridade, o total poder de perceber a verdade ou negá-la, e nada lhe garante, somente o seu amor à verdade lhe garante, ele pode ficar com medo e querer uma garantia externa. Os procedimentos usados tradicionalmente (historicamente) para criar, senão esta garantia, ao menos um simulacro dela, são basicamente dois:

(1) Os dogmas religiosos: as pessoas se apegam, pegam a Bíblia e dizem “isto aqui é a palavra de Deus, portanto é a verdade”. Não, depende de como você entende a coisa. Dizer, por exemplo, que “Jesus é filho de Deus Pai”; se você entender no sentido de filho carnal, já não entendeu nada. Vai dizer que isso é uma verdade? Tem muito mulçumano que lê a Bíblia assim e, portanto, diz que é mentira. A leitura deles vai parar anos-luz longe do sentido originário — o texto, porém, é o mesmo. Nem a Bíblia lhe garante; você está livre para fazer com ela o que quiser, entender as coisas mais absurdas. Só este fio tênue do amor à verdade, do desejo de conhecê-la, que permite que você continue na verdade. Nada mais lhe garante; o dogma não lhe garante, o Espírito Santo também não lhe garante. Você pode rejeitar a inspiração do Espírito Santo, pode até blasfemar contra o Ele. Deus lhe garante? Não, não. Ele o pôs aqui para você fazer a escolha. A responsabilidade cognitiva é a responsabilidade mais alta que o ser humano tem, e não existe nenhuma defesa externa; mas existem simulacros e o primeiro deles então é o dogma religioso — a proclamação de verdades uniformes que devem valer para todos. O Credo da Igreja católica, por exemplo, começa com a palavra “Creio”; mas o que é crer? Como é isso? Crer significa aceitar aquilo somente naquele momento? Você pode aceitar aquilo como hipótese. Se você crer agora e deixa de crer daqui a cinco minutos, em que sentido você está falando a palavra “creio”? A primeira palavra do Credo católico expressa a sua responsabilidade. Você terá de crer vezes infinitas. Vai ter de ler aquilo, pensar, e ver que está certo: neste instante você crê.

O juízo é uma afirmação interior acompanhada de um sentimento de afirmação ou de negação. O sentimento basta? Não, porque ele pode ser momentâneo; às vezes você aceita o juízo apenas por

hipótese. Neste caso significa que você não está crendo realmente, então não é um juízo ainda. Tem o juízo e tem o juízo contrário. Se você tem dois juízos contraditórios você não tem nenhum juízo, tem uma dúvida apenas. O mero sentimento interior da provação ainda não constitui o juízo. O juízo se transforma num verdadeiro juízo quando você assume o sentimento de aprovação com plena responsabilidade — é a crença integral; “Eu sei que isso é verdade e se eu esquecer disso depois, o errado sou eu e, não, a verdade”. Quando chega neste ponto que se tem um juízo, este pode ser transformado em proposição e ser objeto de discussão, de prova ou de refutação. Os produtos toscos, anteriores a este, não podem; as hesitações da alma não podem. Nem mesmo o sentimento de aprovação constitui o juízo. Então, o juízo no sentido lógico não é sequer definível sem o apelo aos elementos psicológicos, interiores, os elementos reais interiores — sentimento, vontade, liberdade etc. As definições que os manuais lógicos dão de juízo, são somente definições formais, não estão dizendo o que é um juízo realmente.

O primeiro simulacro de garantia contra as incertezas da ‘liberdade interior humana’ são os dogmas religiosos. São Paulo apóstolo disse que você tem de acreditar no espírito que vivifica, e não na letra que mata. Mas se eu for à livraria eles só me vendem a letra; digo “me dá Bíblia aí. Quanto custa o exemplar da palavra de Deus? 2 reais, 10 reais?” Comprei a letra, meu filho. Eu posso repetir aquela letra, gritar, mas isso não garante que eu estou na verdade. Isso quer dizer que perante à Bíblia estou num ‘mato sem cachorro’, porque eu estou em julgamento perpétuo. A cada momento eu tenho de descobrir a verdade espiritual que está naquela letra, e isto dá muito trabalho. O que as pessoas fazem? Elas se apegam à letra e acreditam que a verdade está dita ali, e ficam brandindo “isto é a palavra de Deus”; todo pastor protestante faz isso. Mas eu lhe digo que a Bíblia não é a palavra de Deus, é a letra da palavra de Deus; e a letra não é a palavra de Deus, a palavra de Deus é o espírito. Ele mesmo disse, ele me deu uma dica de como é que eu tenho de entender isso aí.

(2) O segundo refúgio da mente desesperada é a lógica e a ciência, é a formalização perfeita. No começo do século XX, dois idiotas (Ludwig Wittgenstein e Bertrand Russell) acreditaram que era possível criar uma linguagem lógica absolutamente perfeita, que seria obrigatória da filosofia. A coisa fracassou redondamente, é claro, porque quanto mais perfeita a linguagem vai se tornando do ponto de vista formal, mais conteúdo ela vai perdendo. Não dá para fazer uma linguagem perfeita e falar sobre o nada! Embora o projeto tenha fracassado, eu acho que a ideia está no fundo da cabeça de muita gente, sobretudo o pessoal que fala em nome das ciências. A ciência tal como é ensinada hoje pretende ensinar a verdade que valha por si mesma, que se impõe obrigatoriamente a todos [0:50], independentemente da consciência individual. O ideal das ciências, tal como se praticam hoje em geral — não digo todas, mas a maioria das pessoas faz isso — é produzir verdades tão claras e auto-probantes que ninguém precisa pensá-las para que elas sejam verdade, elas não precisam ser conhecidas porque valem independente do ser humano — o que é uma coisa absolutamente utópica, impossível, que se conseguisse transformaria um ser humano em um ET, quer dizer um processo de estupidificação.

Eu vou ler um textinho no qual eu resumi isso. A aula de hoje será um pouco mais curta, pois é gravada, e não poderei responder as perguntas, que ficarão para a próxima (enquanto vocês tiverem ouvido isso eu estarei viajando para o Estado do Alabama; depois conto o que fiz lá; se não fizer nada de imoral eu conto, senão não conto).

O começo aqui introduz outros problemas, que voltarei neles mais tarde. Estamos aqui seguindo a ordem de exposição dos manuais de lógica, apenas estamos preenchendo com outro conteúdo. Eu expliquei o que é a simples apreensão e o que é o juízo. Só que, ao invés de dar apenas a definição técnica, manipulada, para você sair falando coisas que na verdade não sabe o que é, eu estou

tentando investigar o que são mesmo — o que ela representa do ponto de vista da cognição humana real, efetiva, e não apenas um esqueminha formal hipotético.

“Se, como acredito ter demonstrado em “O problema da verdade e a verdade do problema” (que é uma apostila que está no site), se existe verdade na percepção, e não só no pensamento ou na fala, resta o fato indiscutível de que a verdade da percepção é individual e subjetiva. Para dar-lhe liquidez no mercado das ideias é preciso transmutá-la em conceitos, juízos e proposições. Saltemos sobre as dificuldades inerentes a estas transmutações e vamos direto ao ponto. Supondo-se que você tenha percebido um fato corretamente, e conseguido transformá-lo com êxito em uma proposição clara, sem ambiguidades; será a proposição verdadeira por isso? Sim, para você. (Ou seja, você percebeu a verdade e a expressou numa proposição que para você significa aquele mesmo juízo, o qual por sua vez, significa a mesma percepção, a mesma experiência). Tão logo expressa em palavras, a verdade terá de ser refeita na consciência do ouvinte ou leitor mediante a revivescência imaginária daquilo que para você foi percepção direta. A possibilidade de erro nesse processo é tão vasta, que boa parte daquilo que se escreve em filosofia consiste em tentativa de corrigi-los. Aquilo que você produziu como expressão verbal de uma percepção torna-se na mente do destinatário construção de imagens mediante um plano verbal determinado.

Só a verdade compartilhada, intersubjetiva, pode integrar-se num ambiente cultural e tornar-se objeto de discussão e prova. É na passagem do subjetivo ao intersubjetivo que surgem as maiores dificuldades, não só práticas como teóricas. Aristóteles ensinava que a verdade existe no juízo, mas juízo significa a sentença pensada, subjetiva, acompanhada do respectivo sentimento de concordância ou discordância. O ouvinte da proposição pode interpretar diferentemente do emissor e, acreditando concordar com ele, acaba concordando, de fato, com o algo que ele não disse. Se o emissor tentar, então, explicar meticulosamente o que quis dizer, cada frase que ele usar para isso terá de ser interpretada por sua vez, sujeitando-se, portanto, aos mesmos riscos da proposição inicial (com o agravante, aliás, de que a proposição inicial dissesse respeito a alguma coisa, e agora está falando a respeito de estados interiores evanescentes).

A conclusão a que isso nos leva é óbvia: a verdade está no juízo, não na proposição em si. Não existem proposições verdadeiras ou falsas; a verdade e a falsidade só aparecem quando uma consciência real, agente, transmuta a percepção em juízo e a personaliza mediante seu sentimento de concordância ou discordância. Mais ainda, nem esse sentimento basta, se é momentâneo e no instante seguinte a consciência vacilante já troca o sim por não e o não por sim. O juízo só se perfaz quando é afirmado no interior da alma, com firmeza resoluta que exclui taxativamente seu contrário, até mesmo como mera possibilidade. Só aí temos diante de nós aquele produto final, que então pode ser discutido, provado ou impugnado, pela lógica ou pela experiência.

O juízo é, portanto, um ato de responsabilidade pessoal e só existe no momento em que se perfaz responsavelmente na consciência. Mas, dirão, isso só é assim por culpa das ambiguidades da linguagem; se todos atribuísem significados uniformes a mesmas proposições, não haveria hiato entre proposição e juízo; então, poderíamos tranquilamente falar em proposições verdadeiras e proposições falsas (...)

Na lógica moderna se faz algo chamado “tábua de proposições verdadeiras e proposições falsas”. Mas nenhuma das proposições é verdadeira ou falsa, ela apenas é tomada hipoteticamente como tal para fins da estrutura do raciocínio. Adestre-se nesta arte que você se tornará incapaz de distinguir verdade efetiva e verdade hipotética. Aceitar hipoteticamente uma proposição não constitui um juízo, porque falta o elemento da concordância real. Ora, em que sentido uma concordância hipotética expressa uma verdade, se a própria concordância está dizendo que é fingida ou hipotética? Quando você se habitua com essa coisa, começa a chamar de verdade e falsidade apenas uma característica lógica de um jogo formal de proposições, e então você perde completamente a noção de verdade. Mas quem se viciou nisso foi você mesmo, foi porque quis, porque acreditou no manual de lógica. Não é de se espantar que, entrando por este caminho, logo você termine

formulando um milhão de lógicas paradoxais possíveis, porque é uma simples arte de combinatória formal que não tem limites. Você pode inventar quantas regras quiser, só que isto não tem nada a ver com experiência ou conhecimento da verdade. Mas você se habitua usar a palavra *verdade* no sentido da aceitação hipotética de um juízo que pode nem sequer ter conteúdo. Isso é uma prática necessária ao aprendizado da filosofia? Não, essa prática deve ser evitada. Se um dia você quiser entregar-se a isso — “não, agora vou precisar sentar aqui e estudar o negócio de lógica matemática” — deixe pra depois que você tiver uma firme formação filosófica. Mas se a sua formação começa por isso você está lascado.

“(...) então, poderíamos tranquilamente falar em proposições verdadeiras e proposições falsas. Isso é verdade, mas a completa eliminação das ambiguidades só é possível numa linguagem puramente formal, onde cada termo só remete a si mesmo e a nenhum objeto de percepção. Ou seja, numa linguagem que seja *a priori* indiferente à atividade das consciências reais envolvidas no processo.”

Se você começa com essa formação, termina desconstrucionista; porque você se habitua a raciocinar numa linguagem onde cada signo só significa ele mesmo, sem ligação com o objeto da experiência. Daí a pouco você acaba achando que todo mundo fala assim, quando o único idiota que fala assim é você mesmo.

“A proposição se “ $A=B$ e $B=C$, então $A=C$ ” é deste gênero. Ela pode ser dita verdadeira em si, precisamente porque não significa nada além de uma relação lógica virtual entre termos vazios de significado. A lógica formal só lida com este tipo de proposições e é chamada de formal precisamente por isso. Tal é razão pela qual a lógica formal nada tem a ver com a verdade, mas somente com a correção formal do raciocínio. O que implica que não somente conclusões falsas possam se obter de raciocínios perfeitos, mas que verdades essenciais podem vir expostas em formas logicamente incorretas. [1:00] Podem, também, existir verdades inexpressas, captadas ao nível da mera percepção, sem proposição e nem mesmo juízo”.

Espero que isso tenha ficado claro.

Aluno: Uma das maiores discussões aqui na filosofia americana é sobre se a referência das palavras numa proposição é uma referência às coisas externas ou aos resultados internos de quem emite a proposição(...)

Olavo: Ela é uma referência às coisas através dos estados internos. Isso não é uma discussão legítima. Isso é a mesma coisa que perguntar se um gato é uma estrutura anátomo-fisiológica coberta de pelos ou se é um pêlo encobrindo uma estrutura anátomo-fisiológica de gato — é a mesma pergunta. Na verdade, ele tem de ser as duas coisas ao mesmo tempo. Você não pode fazer uma referência direta às coisas, a não ser das percepções que teve delas. Mas se a referência é somente à sua percepção, então você trocou de objeto. A intencionalidade agora já não se dirige ao objeto, mas ao próprio ato de percepção. Não é mesma coisa, por exemplo, eu analisar um gato e analisar a minha percepção de gato. Agora, quando o sujeito faz esta confusão, ele pode achar que existe aí uma oposição ou um problema a ser resolvido, mas não há problema nenhum — o único problema é a burrice dele. Por que as pessoas levantam essas questões idiotas? Porque foram treinadas com a lógica moderna desde o início. Esta serve para montar computador, não serve para a filosofia.

Aluno: (...) Mas, então, tendo as palavras referência a coisas, isto não significa que de alguma forma o juízo (a ligação entre sujeito-predicado) tem algo de verdadeiro ou falso em si, pela própria referência que as palavras têm na proposição?

Olavo: Claro que existe algo de verdadeiro quanto ao próprio juízo. É necessário que o juízo seja um juízo. Então existe uma verdade do juízo, é claro. Já a proposição também tem de ser uma proposição, porque uma proposição vazia (como essa do “ $A=B$ e $B=C$, logo $A=C$ ”) não é uma proposição de maneira alguma, é apenas uma matriz lógica de proposições possíveis. Proposições possíveis são aquelas que, justamente, não foram propostas; podem vir a ser, mas não foram. Então é claro que existe a verdade da coisa, a verdade da percepção, a verdade do juízo e a verdade da proposição enquanto proposição (ela tem de ser uma proposição de fato e ela tem de significar aquilo que ela significa); ou seja, a verdade da proposição está no seu juízo correspondente, e não nela mesma. E a verdade do juízo está na sua referência ao objeto — mesmo que este objeto seja o próprio juízo.

Aluno: A pergunta é sobre a prova da existência de Deus por Santo Anselmo. Dada a explicação que você deu, a mesma coisa vale para esta prova, quer dizer, como proposição verdadeira ou falsa?

Olavo: Sem dúvida. A prova de Deus por Santo Anselmo: Deus é um ser perfeito; se Ele fosse afetado pela deficiência que se chama inexistência, Ele não seria perfeito. Então a Sua existência é absolutamente necessária. Kant objeta, dizendo que aí você está se referindo somente ao conceito de Deus; é um raciocínio feito a partir do conceito de Deus como ente perfeito e, portanto, ainda que seu raciocínio esteja logicamente correto, você não provou nada. Mas eu mesmo já expliquei que proposições que surgem diretamente de um ato intuitivo não podem ser hipotéticas (não são proposições auto-evidentes hipotéticas). Se você faz uma proposição auto-evidente de maneira hipotética, você a transformou numa outra proposição. Por exemplo, a proposição “eu estou aqui agora”; eu posso pensar isso apenas como hipótese, mas ela já não será a mesma proposição. No primeiro caso, refiro-me a uma percepção intuitiva de que eu estou aqui agora, e no outro caso, estou tratando apenas a proposição como uma hipótese de que eu pensasse isso; então, não é a mesma proposição. E o que Kant faz com Santo Anselmo não é discutir a proposição do Santo; ele a transforma em uma proposição hipotética e passa a discuti-la a partir daí. É um erro absolutamente elementar.

Já que não temos mais perguntas, vamos parar por aqui porque agora temos de sair para jantar e comemorar o dia de Saint Patrick. Muito obrigado a todos e até semana que vem. [1:06:12]

[fim da aula]

Transcrição: Silvia Orsini

Revisão: Mariana Belmonte